

Estado Novo – Nova arquitetura em São Paulo*

*Leila Regina Diégoli***

Passados cinquenta anos, o Estado Novo nos é lembrado pela mídia como um acontecimento histórico que atingiu o país; poucas são as referências sobre o ocorrido nas instâncias municipais. No tocante às intervenções urbanísticas levadas a cabo durante esse regime, são lembradas apenas as obras realizadas no Rio de Janeiro, então Capital Federal, o que transmite uma sensação de isolamento e virtual independência dos governos de outras cidades brasileiras.

É nos anos 30 e 40 que a cidade de São Paulo passa por intervenções urbanísticas tão profundas quanto as ocorridas na virada do século XIX. Essas transformações definirão um novo espaço urbano sobre áreas de ocupação já consolidadas e apropriadas socialmente. Acompanhando as transformações no traçado viário, surge também uma nova arquitetura oficial que vai substituir edifícios remanescentes dos tempos coloniais e imperiais.

Para o desenvolvimento de uma leitura sobre a cidade de São Paulo durante o Estado Novo, através de seus edifícios públicos, adotamos a perspectiva de entender a cidade como um suporte de representações de diversos grupos sociais. Enfocamos as obras públicas como um desses suportes tangíveis, neste caso de representação do Estado. Buscamos levantar algumas hipóteses sobre os símbolos e sentidos políticos expressos na arquitetura oficial do Estado Novo. Através da investigação acerca desses edifícios estatais, também é possível apreender que tipo de cidade estava sendo pensada pelos governantes da São Paulo daquele momento.

Apesar de a regulamentação das profissões dos engenheiros e arquitetos ter ocorrido desde 1933, os engenheiros civis predominavam no mercado de projetos e obras; eram esses profissionais os empresários proprietários das grandes construtoras do período.

* Este artigo é uma síntese da dissertação de mestrado *Estado Novo – Nova arquitetura em São Paulo*, defendida em 19/3/96, no Programa de História da PUC-SP, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Déa Ribeiro Fenelon.

** Mestre pela PUC-SP.

Uma importante contribuição para as transformações na produção arquitetônica paulista durante os anos 30 e 40 foi a vinda de arquitetos europeus, que, fugindo da 2ª Guerra Mundial e de perseguições políticas, chegam em São Paulo trazendo consigo um “saber fazer europeu” já impregnado pelos ideais preconizados pelos arquitetos modernistas internacionais.

O Estado Novo, respaldado por um rígido aparato de publicidade e divulgação, colocava-se, por seus interlocutores, como o principal agente indutor de uma nova organização social. Através deste recorte no tempo, em nossa dissertação, buscamos refletir sobre uma produção arquitetônica que representa mais um momento histórico caracterizado pela dominação de um governo polêmico e autoritário, que apregoava a retórica da também modernização do Estado, da sociedade, da cidade e, por conseqüência, da arquitetura.

Para uma compreensão da formação e constituição dos edifícios públicos paulistanos do Estado Novo, é necessário investigar as relações que se teciam entre o poder dominante e os agentes produtores da arquitetura naquele momento. Na cidade de São Paulo, temos um Estado que constrói diversos equipamentos urbanos, como os edifícios para a saúde, educação e cultura, com uma arquitetura que expressa uma nova linguagem. Era uma nova arquitetura, de características racionalistas e inovadoras diante das obras ecléticas do período, mas que apesar das mudanças apresentadas não significava um total rompimento com a produção corrente, aspecto este que muito se assemelhava com as posturas de um Estado conservador que buscava construir um país moderno.

Nesse período, encontramos pela cidade de São Paulo tipos de arquiteturas estatais que contêm, entre si, diversas relações, quer no âmbito do projeto e do desenho, quer pela função, constituindo um grupo tipológico que pode ser agrupado para facilitar uma melhor percepção sobre essa produção. São escolas, instituições de pesquisas científicas, equipamentos culturais e esportivos e até mesmo agências bancárias, projetadas e construídas sob encomenda de governos estaduais e municipais principalmente, que vão representar um Estado que tentava transmitir uma nova imagem de poder.

A partir de meados da década de 30, as obras patrocinadas pelo Estado começam a se apropriar de alguns dos princípios preconizados pelo chamado movimento moderno internacional da arquitetura. Provavelmente a atração tenha sido principalmente pela “limpeza ornamental” dos novos projetos arquitetônicos racionalistas, que se tornaram mais interessantes pelos aspectos econômicos do que estéticos. Essas obras são classificadas por alguns autores como arquitetura “moderna-classicizante”, *art déco*, “proto-moderna”, “proto-racionalista”. Vemos essa produção se inserir num novo contexto cultural, como uma manifestação de modernidade, ainda que incipiente. Essa arquitetura

tura, que alguns autores nomeiam como “fascista”, foi produzida principalmente no período do chamado Estado Novo.

No Rio de Janeiro, após a construção e o reconhecimento internacional do edifício do então Ministério da Educação e Saúde, marco simbólico da arquitetura moderna do Brasil, o Estado Novo apropriou-se dessa iniciativa do ministro Gustavo Capanema para transmitir sua idéia de modernidade. Ao tentar construir um novo Estado com discursos travestidos de transparência, cuja ordem era a renovação e o progresso, apoiou-se no espírito vanguardista de alguns arquitetos que tinham ideais revolucionários e progressistas para a época e que, apesar de apresentarem posturas ideológicas a princípio antagônicas, se uniram na construção da imagem de modernidade do Brasil.

Se no período de 1937 a 1945 o Estado propunha reorganizar o país e a sociedade, um dos caminhos a ser percorrido para atingir seus pressupostos era o da construção de uma nova cidade e uma nova arquitetura. Segundo os governantes do período, a cidade e a arquitetura deveriam modernizar-se para acompanhar a pretensa modernização do Estado e da sociedade.

É imprescindível refletir como os projetos e as obras oficiais remodelaram e redefiniram o espaço urbano de São Paulo, num período caracterizado, por um lado, pela instabilidade política e administrativa e, por outro, pela realização de inúmeras obras públicas. Neste sentido, é nosso objetivo identificar como a arquitetura, enquanto documento cultural que expressa as mais diversas relações e conflitos sociais, foi utilizada pelo Estado para se tornar um suporte de representação e exaltação do regime do período, em especial o Estado Novo.

Esta investigação acerca da arquitetura oficial paulistana passa também pela reflexão sobre a construção da historiografia da arquitetura brasileira, em especial aquela que trata da produção paulistana. De imediato, percebe-se que a arquitetura oficial e a transformação do espaço urbano de São Paulo nas décadas de 30 e 40 são assuntos ainda pouco desenvolvidos. Esse vácuo de informações talvez seja decorrente dos critérios estabelecidos pelos principais autores para definir arquiteturas merecedoras de uma maior atenção. Como a produção arquitetônica oficial do Estado Novo em São Paulo não se enquadra estilisticamente como manifestação eclética, neocolonial ou moderna, que predominavam no Brasil daquele período, sequer é mencionada. Essa omissão pode apontar uma certa resistência a essa produção e se torna instigante refletir acerca desse “esquecimento”.

Na história “oficial” da arquitetura, são divulgadas, como produção arquitetônica mais significativa dos anos 20, 30 e 40, as obras que se enquadram nos dogmas do chamado movimento moderno, idealizado e alardeado mundialmente por arquitetos europeus como Le Corbusier, Walter Gropius e Mies Van Der Rohe. Os textos que inte-

gram essa história “oficial” tratam dos arquitetos que receberam maior destaque, quer pela criatividade e inovação de seus discursos e obras, quer pela capacidade de propagar os ideais e pressupostos teóricos do movimento moderno internacional da arquitetura. Provavelmente, outras obras que não passaram pelo crivo do movimento moderno representariam uma ameaça ao sucesso dos modernistas na época. E assim foi construída uma história “oficial” da arquitetura da primeira metade deste século, tendo como principal protagonista a arquitetura moderna.

A historiografia da arquitetura, ao ignorar outras produções que não se enquadravam nos ditames característicos da nova arquitetura, passa a privilegiar com maior ênfase os profissionais e os seus desenhos, em detrimento de uma visão mais ampla a respeito de outras produções que vieram a constituir o que é a cidade hoje.

Na bibliografia existente sobre a produção arquitetônica dos anos 30 e 40, o prédio do então Ministério da Educação e Saúde é apontado como o marco inicial da arquitetura moderna no Brasil. Trata-se de um edifício público de inegável importância, mas limitar a reflexão sobre o início do movimento moderno da arquitetura brasileira a este projeto e obra pode encobrir outras histórias, como também pode levar a uma visão unilateral, que ignora o fazer arquitetônico e a própria cidade como um demorado processo cultural decorrente de transformações sociais.

Resgatando o que foi o movimento moderno da arquitetura no Brasil, encontramos o contexto em que a produção arquitetônica tradicional apresentava características ecléticas, geralmente cópias ou inspirações de projetos elaborados em outros países, principalmente europeus. É nos anos 20 que vamos encontrar uma nova manifestação, quando intelectuais preocupados com a questão da identidade nacional vão buscar, nas obras produzidas no Brasil colonial e imperial, as referências para sua produção. No campo da arquitetura, as obras que vieram a ser construídas como decorrência dessa preocupação com a identidade nacional foram denominadas neocoloniais. Para alguns arquitetos do período, o neocolonial era tido como uma manifestação moderna. Nos anos 30, as críticas dirigidas ao neocolonial eram semelhantes àquelas voltadas ao ecletismo, ou seja, eram manifestações que continuavam sendo importadas de tempos remotos e de outros países.

Nesse panorama, como é abordado por diversos autores, aparecem duas correntes de arquitetos: de um lado estariam os chamados “tradicionalistas”, aqueles que defendiam a arquitetura neocolonial como uma manifestação nova e brasileira; do outro lado, os “modernistas”, que lutavam por uma arquitetura original e genuína que refletisse o avanço tecnológico pelo qual passavam as sociedades. A arquitetura moderna era uma manifestação que buscava imprimir o processo de modernização nas cidades. Nesse

sentido, a historiografia da arquitetura, talvez com uma visão modernista, trata-os como vitoriosos frente aos tradicionalistas.

O edifício do Ministério da Educação e Saúde foi tombado em 1948, e seu processo de tombamento aconteceu concomitantemente à execução das obras. Esse tombamento efetivado pelo antigo IPHAN é um ato curioso na medida em que, naquele momento, essa instituição federal de preservação de bens culturais tinha suas ações voltadas, quase que exclusivamente, para a arquitetura produzida durante o período colonial e imperial. Talvez tenham prevalecido no ato de tombamento a preocupação de valorizar seu projeto e a necessidade de promover a obra junto à opinião pública, como forma de afirmar a importância do novo edifício moderno.

Uma questão para investigar é entender como a arquitetura moderna surge em São Paulo e é apropriada pelos governantes. A arquitetura oficial, como toda produção intelectual do período, passa por uma mudança significativa em sua linguagem e é preciso compreender como um Estado autoritário e de retórica progressista incorporou os pressupostos de um movimento da arquitetura engendrado por profissionais simpaticizantes dos ideais socialistas.

Os edifícios públicos erguidos durante os anos 30 e 40 são marcos referenciais importantes para a preservação da memória, apesar de serem considerados exemplares pouco representativos do chamado movimento moderno, ou de não apresentarem valor “histórico”, como apontam alguns estudiosos. Nas políticas oficiais de proteção do patrimônio histórico, muitas vezes as ações estão voltadas para os séculos XVII, XVIII e XIX, pois, equivocadamente, o sentido da história é entendido como cronológico e a arquitetura é tratada de forma unilateral, apenas como produção técnica e artística, ignorando-se sua dimensão cultural mais ampla. O sentido de “histórico” é tomado por alguns como um adjetivo, sinônimo de antigo ou velho, que se cristalizou e se congelou em determinada data. Ao contrário, o valor histórico, inerente a qualquer fato e artefato produzido pelo homem, revela relações mais profundas que levam ao entendimento do sentido das pessoas, em seus lugares, com suas coisas.

Para o desenvolvimento desta dissertação, utilizamos como principais fontes os documentos oficiais, como relatórios de prefeitos, de governadores e a legislação urbanística em vigor naquele período, bem como livros, revistas e alguns jornais, além dos filmes institucionais realizados no período. Através da leitura de alguns números da revista *Acrópole*, primeiro periódico mensal sobre arquitetura e urbanismo, editada em São Paulo a partir de 1938, que analisava os principais textos que integram a historiografia da arquitetura brasileira, visamos apreender como a arquitetura oficial do Estado Novo é retratada.

Trabalhamos com a arquitetura oficial que compreende um conjunto de obras públicas, projetadas e construídas na cidade de São Paulo por iniciativa dos poderes executivos municipal, estadual e federal, para abrigar equipamentos urbanos de uso administrativo ou social. Assim não nos interessa, neste momento, analisar intervenções urbanas, como abertura e alargamento de ruas e praças, bem como outras obras de infra-estrutura. Também não nos propomos investigar a eficácia técnica dos planos urbanísticos levados a cabo durante o período. A leitura que pretendemos fazer da cidade é através de sua imagem construída e projetada, ou seja, através de sua arquitetura e de seu desenho urbano, na medida em que esses elementos estão impregnados de referências simbólicas para a cidade.

Ao longo dos levantamentos constatamos que no âmbito estadual as obras levadas a cabo durante as duas décadas foram iniciadas na década de 20, e sua execução se arrastou por quase dez anos. De acordo com os documentos oficiais, as principais justificativas foram a falta de recursos financeiros, as revoluções e a 2ª Guerra Mundial. Já no âmbito municipal o cenário é diferente: durante as gestões de Fábio Prado e Prestes Maia, são realizados os principais projetos e obras do período. Além de executar maior quantidade de obras, a Prefeitura divulgou com maior eficiência suas ações. No âmbito federal, poucas foram as realizações na cidade, fato compreensível, dentre outros motivos, em face das perturbações políticas pelas quais passavam o estado de São Paulo e o país.

Para elaborar uma reflexão sobre as relações entre o poder dominante e a arquitetura estatal, erguida durante os anos 30 e 40 na cidade de São Paulo, partimos por trilhar três caminhos. No primeiro, buscamos apreender a cidade construída pelos governantes, estabelecendo um diálogo entre a cidade projetada e as cidades construídas. Através da investigação sobre os principais edifícios públicos e as transformações urbanas ocorridas em São Paulo, vamos resgatar a cidade contida nos discursos dos governantes.

A idéia é refletir sobre quais opções políticas permearam a definição dos projetos e tentar resgatar algumas idéias, ou algumas cidades que se perderam ao longo do tempo. É importante ressaltar que este é o momento em que, mais do que nunca, os governantes estão pensando a cidade de um futuro e não a cidade daquele presente, do período da consolidação do processo de industrialização e, por conseqüência, da máquina e da velocidade. Estamos tratando da constituição da base para a consolidação dos “tempos modernos” paulistanos, em que o Estado Novo, através de manobras e discursos populistas, soube atender aos interesses da oligarquia agrária cafeeira, da incipiente burguesia industrial e dos operários com uma nova legislação trabalhista.

Outro caminho percorrido levou-nos a tratar da problemática central de nossa pesquisa, ou seja, refletir como os símbolos arquitetônicos tornaram-se marcos representativos do poder dominante do período. Adotamos como um primeiro pressuposto o fato de que a obra pública erguida no período estava impregnada de um caráter simbólico singular, tanto quanto à sua função como à sua linguagem arquitetônica, tornando-se um importante aparato propagandístico da ideologia do regime. Para o entendimento dessa trama que se forma é necessário um olhar voltado com maior ênfase para os edifícios, identificando suas características formais. Paralelamente, é importante recuperar as falas dos governantes sobre essa produção arquitetônica, na perspectiva de buscar seus conteúdos políticos e culturais.

Um terceiro e último caminho foi analisar a produção arquitetônica oficial do período na perspectiva de reconstituir como o movimento moderno na arquitetura foi introduzido na cidade de São Paulo. Nesse sentido é necessário entender o que foi o movimento moderno na arquitetura e estabelecer uma leitura comparativa entre a produção brasileira e a internacional, para então discutir sobre as peculiaridades que distinguem as modernidades paulista e carioca na arquitetura oficial.

Finalmente, como contribuição aos estudos da arquitetura paulistana, elaboramos um cadastro dos principais projetos e obras públicas realizadas. Esse cadastro tem por objetivo sistematizar e organizar as informações que encontramos ao longo de nossos levantamentos e que atualmente se encontram dispersas em diversas fontes. Esse levantamento também poderá servir de referência para o desenvolvimento de futuras pesquisas que abordem o nosso objeto de investigação, qual seja, a arquitetura oficial paulistana do Estado Novo.